

2003/2004

SEGUE O MUNDO  
D SEU CURSO  
INEXORAVELMENTE:  
DESEMPREGO INGENTE,  
MORTES,  
- POR ENCOMENDA  
DU SEM -  
DESCONTROLADAS  
E O INSUPORTÁVEL  
SOFRIMENTO DA MULTIDÃO.  
PRISÕES, SUPERLOTADAS.  
FOME, ENVERGONHADA.  
CRESCENTES, O ABANDONO  
E A SOLIDÃO.

MAS TAMBÉM CRESCEM  
A RIQUEZA E A PREPOTÊNCIA  
DOS QUE INVESTEM NA GUERRA  
E NO EXTERMÍNIO,  
DOS QUE, COM GANÂNCIA  
E SOFREGUIDÃO

PARA SI TOMAM  
O QUE A TODOS TÊM  
POR DESTINAÇÃO.

2003 FOI UM EXEMPLO  
DO ANO QUE NÃO DEVIA TER SIDO,  
MAS FOI.

POIS, AGORA,  
VAMOS ARREGAÇAR AS MANGAS  
PARA FAZER DO 2004  
O ANO DA VIRADA:  
O ANO DO TRABALHO  
E DA ABUNDÂNCIA DA VIDA,  
DA RECONSTRUÇÃO DAS CIDADES  
E DA ABUNDÂNCIA DAS ROÇAS,  
DE SE DEIXAR DA ESPERA  
E SE REINVENTAR A ESPERANÇA.

ESSE É O ANO  
DE SE APLAINAR OS CAMINHOS  
E DE SEGUIR EM FRENTE:  
FAZENDO COM AS MÃOS  
UM MUNDO DE IRMÃ(O)S.

Xico LARA  
15/12/03



# A EMERGÊNCIA POLÍTICA DA JUVENTUDE RURAL NA REGIÃO SUL

Fonte: Boletim do Deser nº 132

2003 será lembrado como o ano de emergência política da juventude no movimento sindical rural na região Sul do Brasil. O trabalho organizativo e de articulação regional vem sendo desenvolvido desde 1996 pelo Coletivo de Jovens - inicialmente no âmbito do Fórum Sul dos Rurais da CUT e, mais recentemente, pela Fetraf-Sul. Assim, estão dadas as condições para um processo de mobilizações com base numa plataforma de reivindicações políticas, discutida e aprovada por significativa parcela da juventude rural.

Diversos passos já foram dados por esse grupo de jovens que vem se mantendo unido ao longo de todos esses anos, nos quais buscou se renovar, quando a descontinuidade ameaçava o trabalho de organização sindical. Dentre as diferentes atividades realizadas se destacam os diversos seminários e cursos de formação, a pesquisa sobre a situação e as pers-

pectivas da juventude rural, bem como os três encontros regionais desse segmento social.

Ao longo dessa trajetória histórica, foi se forjando uma identidade política e uma relação de profunda confiança mútua entre as jovens lideranças que assumiram a coordenação do Coletivo. Esse aspecto constitui-se num elemento de fundamental importância na consolidação desse processo de organização política da juventude rural.



2

## ENCONTRO PROMOVE A ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO

Fonte: IV EnconASA

Entre os dias 11 e 14 de novembro Campina Grande, na Paraíba, abrigou o IV Encontro Nacional da Articulação no Semi-árido Brasileiro (EnconASA). Este Encontro contribuiu muito para o fortalecimento da ASA e de sua busca por novas propostas para o desenvolvimento do Semi-Árido brasileiro. Os debates foram centrados no tema da agricultura familiar e da construção da segurança alimentar e nutricional no Semi-Árido.

Estiveram presentes ao encontro 500 delegadas e delegados, agricultoras e agricultores, experimentadores e convidados de 11 estados do Semi-árido, provenientes de sindicatos e de outros movimentos sociais, organizações não-governamentais, ambientalistas, cooperativas, associações comunitárias, igrejas e agências de cooperação.

O documento final do Encontro, encaminhado ao Presidente da República e autoridades com responsabilidades frente ao Semi-árido brasileiro, expressa aspirações e experiências vividas por significativa parcela das populações da região. Ele afirma ser possível a sustentabilidade sócio-ambiental no

Semi-Árido brasileiro, através de uma agricultura familiar capaz de garantir segurança alimentar e nutricional para as milhões de pessoas desta região.

Buscando incorporar também as perspectivas de gênero, de respeito e valorização das etnias e a participação efetiva dos jovens nos projetos para o Semi-árido, o documento afirma que a nação não pode mais conviver nesta contradição permanente: de contar com um potencial agrícola e humano perfeitamente apto a atender às necessidades de consumo alimentar de toda a sua população, enquanto milhões de homens, mulheres e crianças passam fome ou são desnutridos crônicos, em virtude de um projeto de desenvolvimento excludente.

Diante desta realidade, a ASA destaca as propostas discutidas e aprovadas por seus delegados e delegadas, em torno de alguns eixos temáticos e de ação. São eles: Acesso à Água; Acesso à Terra, Desertificação, Educação para a Convivência com o Semi-árido, Crédito, Financiamento e Assistência técnica, Comunicação e Biodiversidade.

Em Conferência no I Fórum Social Brasileiro realizado em Belo Horizonte (6 a 9 de novembro), Leonardo Boff disse que o sonho de mudar o Brasil só é possível de baixo para cima, incluindo os milhões de excluídos e destituídos, e de fora para dentro, a partir das nossas possibilidades, do que podemos construir na globalização enquanto nação soberana. Ele considera uma vergonha o fato de, 500 anos depois, ainda mantermos a divisão que estigmatiza a sociedade. Boff afirmou que nosso país revela toda a tragédia personificadora da humanidade, mas, ao mesmo tempo, revela também a esperança de mudar. Ele considera que é preciso cobrar do Estado a promoção do bem social aos brasileiros. Chamou a atenção para a necessidade de unir “inteligência e miséria” – o saber acadêmico a serviço da justiça social, para integrar a sociedade e articular os movi-

mentos sociais na luta por um outro Brasil. O teólogo acredita que é preciso inaugurar uma nova ética pública, que ele chama de “ética do cuidado”. Política não é apenas gerenciar contas, controlar inflação e acalmar mercados. O principal é o cuidado com o povo. Ele conclamou o público para manter o horizonte de esperança e a dimensão da utopia, arrancando aplausos da platéia que lotava o estádio do Mineirinho, ao dizer que Deus caminha conosco e pode até mesmo ser brasileiro.

Para finalizar, fez uma crítica forte contra a ALCA. Para ele, a ALCA é uma ameaça ao sonho de construir aqui uma potência tropical e uma vontade assassina de nos submeter à dominação americana. Finalizou dizendo que nessa luta de construir um novo Brasil e de transformar o mundo, tudo vale a pena.

## TRABALHO ESCRAVO E RELAÇÕES DE GÊNERO



Fonte: *Jornal da Pastoral da Terra*

Pesquisas revelam que no Brasil, mais de 500 mil crianças trabalham como empregadas domésticas. Em 90% dos casos, a função é exercida por meninas em situação de pobreza, grande parte delas com origem na zona rural. A história é quase sempre a mesma: a menina, de família pobre, mora no interior do Estado, zona rural ou periferia de uma grande cidade. Sem muita alternativa de sustento, a família coloca os filhos menores para trabalharem na roça; para as meninas, o que sobra é o trabalho “em casa de família”.

As meninas vão morar na casa onde trabalham. São acolhidas pela família e, supostamente, são tratadas como “filha” mas, de fato vivem em regime de semi-escravidão. Trabalham sem carteira assinada, em longas jornadas e sem folgas, até nos fins de semana. Dois terços das meninas domésticas que residem no emprego não freqüentam a escola. A jornada acima de 40 horas semanais é o cotidiano de 52,8% dessas pequenas trabalhadoras. A maioria delas (55,5%) nem sequer tira férias e 4% não têm remuneração. Trabalham em troca de casa, comida e roupa lavada (por elas mesmas!)

A pesquisa da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) indicam que o trabalho doméstico concentra uma maioria de afro-descendentes, mais que qualquer outro trabalho no país. Em 1999, na região Centro-Oeste, o índice era de 63%. No Nordeste, os números oscilaram de 68% a 73% em toda a década de 90 e, no Norte, foram de 74% a 80%.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Trabalho Infantil (1998) consistiu quase inteiramente de denúncias e relatos sobre crianças que trabalhavam na agricultura, na indústria carvoeira etc., deixando para o emprego doméstico apenas dois parágrafos. Muitas destas mulheres e meninas experimentam cárcere privado, violência física, sexual e dano moral. As formas de fiscalização são inexistentes: o ambiente privado e o âmbito da família são considerados invioláveis, dificultando o levantamento dos problemas, a fiscalização e a intervenção no sentido de garantia de direitos.

Para enfrentar este problema, os desafios são grandes e exigem, entre outras coisas, a superação de esquemas machistas de análise sobre trabalho e escravidão.

# ONGS TENTAM DERRUBAR PATENTE DE CUPUAÇU NA UNIÃO EUROPÉIA

Fonte: Agência Carta Maior

O European Patent Office (EPO), órgão responsável pelo registro de patentes na União Européia (UE), iniciou o processo de avaliação do pedido de patenteamento da “produção e do uso da gordura da semente do cupuaçu”, encaminhado pela empresa multinacional japonesa Asahi Foods.

Na prática, esta patente daria à empresa – que já detém o registro do nome “cupuaçu” para varias classes de produtos – o direito sobre a produção e a comercialização do cupulate, o chocolate produzido a partir da semente do cupuaçu, explica Michael Schmidlehner, presidente da organização não governamental Amazonlink.org, que vem denunciando casos de biopirataria envolvendo o cupuaçu, o açaí e a ayahuasca, entre outros.

Ao lado de outras ONGs alemãs, a AmazonLink.org promete uma ofensiva para evitar que o pedido de patente seja aceito pelo EPO. A ONG brasileira já encaminhou ao órgão uma “contestação popular” que pede o indeferimento do processo com base no não cumprimento de requisitos básicos da Lei de Patentes: a produção e o processamento de gordura de cupuaçu não é uma técnica nova (já vem sendo usada há muitos anos pelas comunidades da região amazônica) e o cupulate não é uma invenção da Asahi Foods (foi desenvolvida pela

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa).

Ao contrário do que vem sendo divulgado, as patentes da Asahi Foods sobre o

cupuaçu ainda não foram aprovadas, mas estão tramitando no Japão, na UE e nos Estados Unidos e têm validade para todos os países-membros da Organização Mundial do Comércio. O que existe são registros das marcas “cupuaçu” e “cupulate”, detidos pela Asahi Foods na Europa, nos EUA e no Japão, que teoricamente, impedem a comercialização de produtos como bombons e doces de cupuaçu por outros produtores. “Os registros são quase tão maléficos quanto as patentes para as comunidades da Amazônia, se levarmos em conta o grande potencial econômico do cupuaçu”.

A Campanha Nacional contra a Biopirataria, liderada pela Rede de ONGs Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e pela Amazonlink.org, continua colhendo assinaturas contra os registros e as patentes do cupuaçu no exterior. Para participar, visite a página [www.amazonlink.org/biopirataria](http://www.amazonlink.org/biopirataria)



4

## CAPINA PROMOVE CURSO DE EXTENSÃO EM PARCERIA COM A UCSAL

A CAPINA, em parceria com a Universidade Católica de Salvador (UCSal) está oferecendo um curso de extensão sobre *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*. O principal objetivo do curso é formar agentes e pesquisadores capazes de desenvolver e utilizar instrumentos, conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica da gestão dos empreendimentos econômicos associativos.

O curso está voltado para gestores de organizações econômicas populares (associações e cooperativas de agricultores e trabalhadores urbanos produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, etc); técnicos de organizações que assessoram empreendimentos econômicos populares; técnicos de instituições que fornecem microcrédito e técnicos de órgãos governamentais, professores e integrantes de programas de ensino e pesquisa que atuam no campo da economia popular e solidária.

O curso é realizado em dois módulos de cinco dias cada. No intervalo, cada participante deverá elaborar o estudo de viabilidade econômica da atividade da qual participa ou acompanha. A revisão e o ajuste de cada estudo fazem parte do programa do segundo módulo.

A primeira turma, iniciada em setembro deste ano, teve as suas vagas totalmente preenchidas. Participaram 27 representantes de grupos populares e assessores locais de cinco estados (MA, SE, BA, RJ e PA). A presença das mulheres correspondeu a mais da metade dos participantes.

Para o êxito do curso, foi essencial a parceria com as seguintes instituições: Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADe); Escritório de Ligação e Organização (ELO); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT) e Cáritas Brasileira Regional Nordeste III.

Para o ano de 2004 estão previstas novas turmas.

# FÓRUM SOCIAL MUNDIAL SERÁ REALIZADO NA ÍNDIA

Fonte: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)



A quarta edição do Fórum Social Mundial (FSM) vai acontecer entre os dias 16 e 21 de janeiro na cidade de Mumbai, na Índia. A cidade, conhecida anteriormente como Bombaim, é considerada a capital financeira do país e palco das mais famosas lutas da classe trabalhadora, como as greves de operários da indústria têxtil e dos ferroviários. Mumbai, que tem hoje cerca de 13 milhões de habitantes, é considerada também a rota preferida de migração dentro da Índia, permitindo assim que a mensagem política do FSM atinja muitas partes diferentes daquele imenso país.

Em relação ao formato do FSM para 2004, estão previstas as seguintes atividades: conferências, reuniões públicas, painéis de debates, diálogos, mesas de discussão, seminários, oficinas, assim como testemunhos e eventos culturais.

Os temas amplos propostos para o FSM 2004 são:

- Militarização, guerra e paz;
- Mídia, informação, conhecimento e cultura;
- Democracia, segurança ambiental e econômica;
- Exclusão, discriminação, dignidade, direitos e igualdade.

# CAPINA E CERIS LANÇAM LIVRO SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

“Para quem quer estar na moda, convém muito mais falar de globalização, de sociedade do conhecimento ou de meio ambiente. Temas absolutamente indispensáveis – mas sob que ótica? Como falar destes três assuntos, sem discutir trabalho? Como discursar sobre reestruturação global e abertura econômica sem dizer que tudo isto resultou em menos empregos qualificados e em recordes de trabalho informal?” São perguntas que se faz Rogério Valle, na apresentação que ele fez desse livro. E acrescenta: “Diferentemente de tan-

# INDÍGENAS E CAMPONESES DISCUTEM TRANSGÊNICOS

Fonte: Agência Carta Maior

Em um encontro realizado em outubro deste ano em Caracas, capital da Venezuela, representantes de povos indígenas e camponeses de diversos países discutiram amplamente a questão da disseminação dos transgênicos. A abordagem que os movimentos sociais fazem dos transgênicos vai além dos males que esses alimentos podem causar à saúde e ao meio ambiente. O enfoque privilegiado é o impacto sócio-político e econômico que culturas modificadas podem trazer aos países.

A discussão sobre o cultivo de transgênicos vem sempre acompanhada da reflexão sobre soberania alimentar, a principal bandeira da Via Campesina. A introdução de culturas geneticamente modificadas é geralmente defendida pelo argumento de que esta seria uma forma de aumentar a produção e assim acabar com a fome no mundo. Especialistas, no entanto, afirmam que o problema da fome não é um problema de quantidade, mas de redistribuição da produção e de vontade política. Para os movimentos sociais, este modelo não responde às aspirações dos pequenos agricultores, somente das grandes multinacionais que investem nesta tecnologia.

Além disso, a cultura de transgênicos é preocupante, pois impede a coexistência de culturas não modificadas, o que causa sérios danos à biodiversidade. Resulta na rápida extinção de variedades criolas e indígenas ancestralmente selecionadas e adaptadas às condições agroecológicas das regiões produtivas.



tos trabalhos intelectuais que falham no momento de passar à prática, o livro de Xico Lara, da CAPINA, nos leva a ela, porque dela partiu”.

O livro é dedicado a todos os mestres, instrutores e monitores das escolas vinculadas ao CET – Conselho de Escolas de Trabalhadores, que, segundo o autor, são os verdadeiros protagonistas do que está proposto neste livro e sem cuja ação, reflexão, entusiasmo e dedicação essas linhas jamais poderiam ter sido escritas.

# BALCÃO DE VENDAS

## TEMOS DEMANDA IMEDIATA PARA:

Semente de Linhaça	Óleo de Mamona Bruto	Laranja
Castanha do Pará Beneficiada	Casca de Cajazeira	Canela
Açúcar Demerara	Arroz Agulhinha	Geléia de Açaí
Casca de Romã	Fécula de Mandioca	Quebra Pedra
Cabelo de Milho	Mel	Erva Pombinha
Pólen Colhido das Abelhas	Rapadura c/ 485g	Arroz Cateto Integral
Castanha de Caju Torrada	Cravo	Óleo de Pequi

## INFORMAÇÕES E VENDAS:

**Ciro Frossard – CAPINA**  
**(21) 2220 4580 /**  
**ciro@capina.org.br**  
**andre@capina.org.br**

### BALCÃO DE VENDAS I

A CAPINA realizou o primeiro negócio com óleo de pequi produzido pela Cooperativa de Produtores e Catadores de Pequi de Japonvar do norte de Minas Gerais. Trata-se de produto novo e com potencial de crescimento no mercado do Rio de Janeiro. Na próxima safra, a partir de janeiro, havendo produção, certamente conseguiremos novos e bons negócios.

### BALCÃO DE VENDAS II

O Projeto RECA e a APAFLORA têm desenvolvido a fabricação do palmito de pupunha. A fim de preservar a sua qualidade, nos meses de agosto e setembro (meses de seca em Rondônia) a colheita do palmito é suspensa para evitar perda na qualidade, pois com a seca a tendência é de que o palmito fique mais fibroso.

O atendimento à clientela não é prejudicado graças a uma bem feita programação de reserva de estoque. A colheita já foi reiniciada e depois da quarentena técnica (aguardam 40 dias após a fabricação, para que se mantenha rigoroso controle de qualidade), os palmitos RECA e APAFLORA da nova safra já estão disponíveis no mercado.

A par de outras vendas feitas diretamente, mais de 300 caixas de palmito já foram vendidas, através da CAPINA, no Rio de Janeiro.

Circular **RECOPA**

Publicação mensal • Tiragem 1.000 exemplares • Dezembro/2003

#### Edição, distribuição e correspondência:

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

Av. Rio Branco, 277/sala 510 • 20040-009 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (21) 2220-4580 • Fax: (21) 2220-1616

e-mail: capina@capina.org.br

## IMPRESSO